



## O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E O ODS 2: ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM FOCO NA SEGURANÇA ALIMENTAR<sup>1</sup>

Natália Dias de Oliveira<sup>2</sup>, Roberto Carbonera<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Pesquisa desenvolvida pelo Grupos de Pesquisa em Ambiente, Sociedade e Sustentabilidade (GPASS), Mestrado em Sistemas Ambientais e Sustentabilidade, Unijuí, Ijuí, RS.

<sup>2</sup>Bolsista Capes; Mestranda em Sistemas Ambientais e Sustentabilidade, Unijuí, Ijuí, RS. E-mail: natalia.dias@sou.unijui.edu.br

<sup>3</sup>Professor Permanente do Mestrado em Sistemas Ambientais e Sustentabilidade e Agronomia, Unijuí, Ijuí, RS. E-mail: carbonera@unijui.edu.br

### RESUMO

Esta pesquisa analisou os indicadores de desenvolvimento sustentável do Estado do Rio Grande do Sul, com foco no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável. O Rio Grande do Sul, com sua economia diversificada e forte tradição agrícola, tem demonstrado um compromisso significativo com os ODS da ONU. Utilizando uma abordagem exploratória e descritiva, foram analisados documentos e fontes como os Cadernos ODS da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado e os Cadernos para o Futuro RS. Os resultados mostram que, embora o estado tenha feito progressos importantes em áreas como segurança alimentar, produtividade agrícola e sustentabilidade, os desafios persistem. Iniciativas como o projeto Futuro RS visam criar uma agenda de desenvolvimento sustentável até 2040, abordando temas estratégicos e promovendo práticas agrícolas inovadoras e sustentáveis. A continuidade desses esforços é essencial para alcançar as metas estabelecidas até 2030, garantindo um futuro mais próspero e justo para todos os habitantes do estado.

**Palavras-chave:** Agenda 2030. Agricultura sustentável. Objetivos de desenvolvimento sustentável.

### ABSTRACT

This article analyzes the sustainable development indicators of the State of Rio Grande do Sul, focusing on Sustainable Development Goal (SDG) 2 – Zero Hunger and Sustainable Agriculture. Rio Grande do Sul, with its diversified economy and strong agricultural tradition, has demonstrated significant commitment to the UN SDGs. Using an exploratory and descriptive approach, documents and sources such as the SDG Notebooks from the State's Secretariat of Planning, Governance, and Management, and the Notebooks for the Future RS were analyzed. The results show that, although the state has made important progress in areas such as food security, agricultural productivity, and sustainability, challenges remain. Initiatives such as the Futuro RS project aim to create a sustainable development agenda by 2040, addressing strategic themes and promoting innovative and sustainable agricultural practices. The continuity of these efforts is essential to achieve the established goals by 2030, ensuring a more prosperous and just future for all inhabitants of the state.

**Keywords:** Agenda 2030. Sustainable Agriculture. Sustainable Development Goals.



## 1. INTRODUÇÃO

O Estado do Rio Grande do Sul possui uma área de 281.730 km<sup>2</sup>, representando mais de 3% do território brasileiro, e é o nono maior estado do país. Com uma população de 10,9 milhões de habitantes distribuídos em 497 municípios, é o sexto estado mais populoso do Brasil, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Desde 1994, o estado é subdividido em 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), que desempenham um papel crucial na promoção do desenvolvimento regional sustentável, integrando recursos e ações governamentais para uma distribuição equilibrada das riquezas e influenciando o Plano Plurianual e o Orçamento do Estado (Governo do Estado do Rio Grande do Sul [Gov. RS], 2017).

A diversidade da vegetação gaúcha abrange áreas remanescentes da Mata Atlântica, campos do bioma Pampa e terras altas do Planalto Meridional. O clima predominantemente subtropical úmido apresenta variações de temperatura significativas, com média anual entre 14°C e 22°C, tornando-se menos previsível nos últimos anos. Essas variações climáticas têm implicações diretas na agricultura, afetando a produção e a segurança alimentar (Gov.RS, 2017). A economia do estado é diversificada, sustentada por uma forte tradição exportadora nas áreas de agricultura, pecuária e indústria. A agricultura é um dos pilares da economia gaúcha, com destaque para a produção de soja, milho, trigo, arroz e carne bovina. A indústria também desempenha um papel importante, especialmente nos setores de alimentos, bebidas, couro, calçados e metalurgia (SPGG-RS, 2022).

No contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), o Rio Grande do Sul tem demonstrado um compromisso significativo. Adaptando suas políticas públicas e implementando projetos locais alinhados com essas metas globais. Os Coredes desempenham um papel fundamental promovendo iniciativas que visam a erradicação da pobreza, o aprimoramento da educação, a promoção da igualdade de gênero e a proteção ambiental, entre outros objetivos (Gov.RS, 2022). Esse compromisso reforça a importância de um desenvolvimento equilibrado e sustentável, garantindo um futuro mais próspero e justo para todos os habitantes do estado.

Os ODS estabelecidos pela ONU representam um plano global de ação para alcançar um futuro mais sustentável até 2030. Composto por 17 objetivos interconectados, os ODS abrangem desafios que vão desde a erradicação da pobreza e da fome até a promoção da



saúde, educação de qualidade, igualdade de gênero e sustentabilidade ambiental. Cada objetivo possui metas específicas que orientam políticas públicas, práticas empresariais e iniciativas da sociedade civil em níveis local, nacional e internacional, buscando melhorar a vida das pessoas e proteger o planeta (Brasil, 2024). O ODS 2, "Fome Zero e Agricultura Sustentável", visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover práticas agrícolas sustentáveis até 2030. Isso inclui garantir o acesso seguro, nutritivo e suficiente aos alimentos durante todo o ano para todas as pessoas, além de melhorar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores, promovendo práticas agrícolas que ajudem a preservar os recursos naturais e o meio ambiente (IPEA, 2019).

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 é de suma importância para o estado do Rio Grande do Sul. Como um dos principais estados agrícolas do Brasil, promover este ODS é crucial para garantir a segurança alimentar da sua população e para fortalecer a agricultura familiar, que sustenta muitas comunidades rurais. Além de impulsionar a produção de alimentos nutritivos e seguros, iniciativas voltadas para práticas agrícolas sustentáveis contribuem significativamente para a preservação ambiental, essencial para ecossistemas como os Pampas e remanescentes da Mata Atlântica presentes no estado. Economicamente, fortalecer a agricultura e promover cadeias produtivas sustentáveis não só impulsiona o desenvolvimento econômico regional, aumentando a competitividade agrícola e gerando renda para agricultores familiares, como também fortalece a resiliência das comunidades rurais diante dos desafios climáticos emergentes.

Com base neste contexto, esta pesquisa visou investigar como o estado do Rio Grande do Sul está trabalhando para alcançar o ODS 2 até 2030. Para isso, foram analisados os Cadernos ODS da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado e os Cadernos para o Futuro RS.

## 2. METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou uma abordagem exploratória e descritiva, utilizando métodos de análise documental e revisão bibliográfica. O estudo será fundamentado na análise dos seguintes documentos e fontes de informação:

- Caderno ODS da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul: Foram analisados os relatórios mais recentes publicados pela



Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, focando nas estratégias e ações desenvolvidas para contemplar o ODS 2;

- Cadernos para o Futuro RS: Esta fonte foi examinada para compreender as projeções e metas futuras do estado do Rio Grande do Sul em relação aos ODS, incluindo iniciativas para promover a agricultura sustentável e a segurança alimentar.

A coleta de dados garante que as informações estejam atualizadas e reflitam os esforços mais recentes e relevantes na promoção do desenvolvimento sustentável no estado. A análise dos documentos foi realizada com ênfase na identificação de políticas públicas implementadas, resultados alcançados, desafios enfrentados e recomendações para avançar na agenda dos ODS até 2030. Por meio dessa metodologia, buscou-se proporcionar uma compreensão abrangente das estratégias adotadas pelo Rio Grande do Sul para promover o ODS 2 e contribuir para um futuro mais sustentável e inclusivo para todos os seus habitantes.

### **3. CADERNOS ODS - DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA**

Os Cadernos ODS elaborados pelo Departamento de Economia e Estatística (DEE) do Rio Grande do Sul analisam e acompanham anualmente os indicadores das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no estado. Focados em cada um dos 17 ODS, os cadernos abordam temas como fome, saúde, educação, igualdade de gênero, saneamento, entre outros, subsidiando gestores públicos e instituições com dados atualizados para o planejamento e implementação de políticas alinhadas à Agenda 2030 da ONU.

Alguns cadernos, como os referentes aos objetivos 03 (Saúde e Bem-Estar) e 05 (Igualdade de Gênero), possuem quatro e cinco notas técnicas publicadas, respectivamente. No entanto, objetivos como 16 e 17 ainda não possuem publicações. O ODS 2, foco desta pesquisa, possui apenas uma nota técnica de outubro de 2021, intitulada “Segurança Alimentar e Sustentabilidade - ODS 2 no Rio Grande do Sul”. Esta nota técnica aborda cinco tópicos principais: segurança alimentar, altura esperada e peso adequado de crianças menores de 5 anos, produtividade dos pequenos agricultores, sustentabilidade e diversidade genética.

#### **3.1 Meta 1: Segurança Alimentar**

Em 2013, o RS estava em 5º lugar no ranking de maior segurança alimentar no Brasil, com 84,1% dos domicílios em situação de segurança alimentar e apenas 1,9% em insegurança alimentar grave. No período 2017/18, apesar de uma redução no percentual de



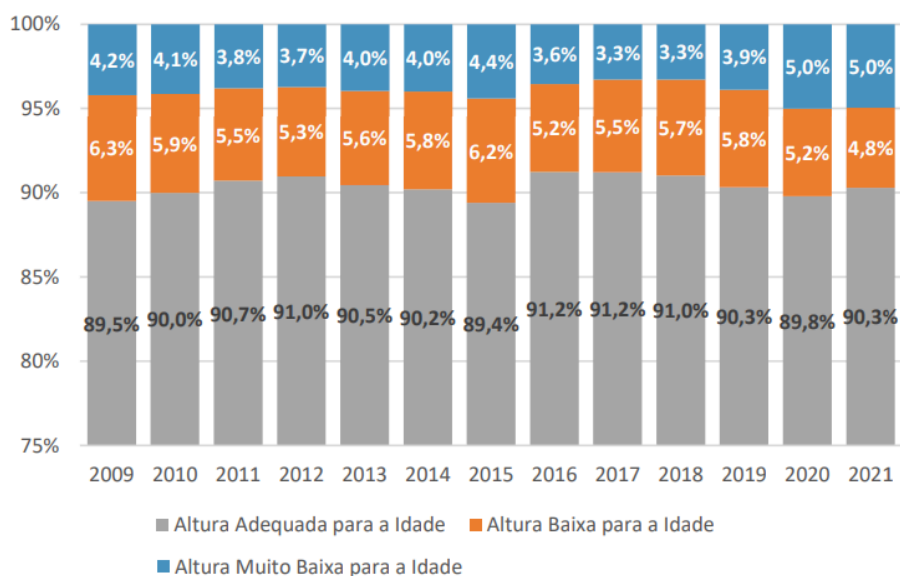
domicílios com segurança alimentar para 76,5%, o estado manteve uma posição relativamente melhor comparada a outras unidades federativas, sendo o 3º com maior percentual de domicílios em segurança alimentar e o 3º com menor insegurança alimentar grave (2,4%).

Enquanto isso, a insegurança alimentar grave no Brasil aumentou de 3,2% em 2013 para quase 5% em 2017/18. Este aumento reflete a crise econômica do período e os impactos adversos da pandemia de COVID-19, que provavelmente agravaram ainda mais a situação de insegurança alimentar no país. Os dados destacam a importância de políticas públicas eficazes e contínuas para combater a insegurança alimentar, levando em consideração fatores econômicos e crises sanitárias que afetam a disponibilidade de alimentos e a nutrição da população.

### 3.2 Meta 2: Altura esperada e peso adequado de crianças menores de 5 anos

A prevalência de déficit de altura em crianças menores de 5 anos no Brasil foi de 6% em 2009, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), e de 6,8%, de acordo com o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Entre 2009 e 2021, esses valores oscilaram entre 5,4% e 6,6%, sem uma tendência clara de melhora ou piora. No Rio Grande do Sul, a proporção de crianças com altura muito baixa é menor, variando entre 3,3% e 5%. Durante os anos de pandemia, houve uma possível alteração nos atendimentos públicos, o que pode ter influenciado esses dados (Figura 1).

**Figura 01** - Percentual de crianças até cinco anos com altura adequada, baixa e muito baixa para a idade no Rio Grande do Sul — 2009-21.



Fonte: SISVAN/MS, 2021 ((DEE-SPGG, 2021).



O percentual de crianças com magreza acentuada no estado do RS é metade do valor nacional, enquanto o índice de obesidade é bastante próximo ao do país como um todo. Aproximadamente 2% das crianças brasileiras são classificadas como tendo magreza acentuada, enquanto a obesidade afeta mais de 7% delas. Apesar dos altos índices de segurança alimentar no Estado do RS, isso não parece se refletir em uma alimentação saudável para evitar o sobrepeso infantil, indicando a necessidade de promover a adoção de hábitos saudáveis adicionais.

Esses dados sublinham a importância de políticas públicas que não só assegurem a segurança alimentar, mas também promovam práticas alimentares saudáveis e um estilo de vida ativo para garantir o crescimento e desenvolvimento adequado das crianças. A pandemia de COVID-19 provavelmente afetou a nutrição e a saúde das crianças, tornando ainda mais urgente a implementação de medidas eficazes nesse contexto.

### **3.3 Meta 3: Produtividade dos pequenos agricultores**

Entre 2006 e 2017, houve uma significativa reestruturação na agricultura familiar e não familiar no Brasil e no Rio Grande do Sul. Observou-se uma maior concentração de estabelecimentos agropecuários no Brasil, com uma redução de cerca de 2%. No RS, a queda foi mais significativa, de 17%. Além disso, a proporção de unidades familiares de produção agropecuária diminuiu de 84% para 77% no Brasil e de 86% para 80% no RS. O percentual de hectares destinados à agricultura familiar no Brasil pouco mudou, passando de 24% para 23%, enquanto no RS houve uma queda mais acentuada, de 30% para 25%.

Em termos de valor da produção por área, em 2006, a agricultura familiar no Brasil apresentava um valor médio de R\$ 6.803,00 por hectare, enquanto a não familiar apresentava R\$ 4.317,90 por hectare (63% da produtividade da familiar). No RS, os valores eram de R\$ 14.328,50 por hectare na agricultura familiar e R\$ 6.586,50 por hectare na não familiar (46% da produtividade da familiar). Em 2017, a produtividade se tornou equivalente no Brasil e no RS, a diferença diminuiu com a produtividade da agricultura não familiar aproximando-se da familiar (56%).

As terras indígenas também desempenham um papel importante na questão da produtividade e sustentabilidade. No RS, as 48 terras indígenas abrangem uma área de 113.184 hectares, menos de 1% do território estadual. Em todo o Brasil, as 725 terras



índigenas ocupam 117.375.530 hectares, representando 13% do território nacional e estão majoritariamente localizadas na Amazônia Legal.

As mudanças nas definições legais de agricultura familiar entre os dois Censos também influenciaram esses dados, tornando-se mais restritivas e impactando a análise da produtividade dos pequenos agricultores. Esses dados destacam a importância de políticas voltadas para a melhoria da produtividade agrícola, especialmente na agricultura familiar, além de reforçar a necessidade de apoio e preservação das terras indígenas para garantir a sustentabilidade e a segurança alimentar no Brasil e no RS.

### **3.4 Meta 4: Sustentabilidade**

Em 2006, a pesquisa agrícola no Brasil e no Rio Grande do Sul (RS) abordava a prática da agricultura orgânica. Naquele ano, 90.498 estabelecimentos no Brasil e 8.532 no RS declararam realizar agricultura orgânica. Entre esses, 5.106 produtores no país e 662 no estado possuíam certificação. Já em 2017, a abordagem mudou, perguntando-se diretamente sobre a certificação da agricultura ou pecuária orgânica. Os resultados mostraram que 64.690 produtores no Brasil e 3.576 no RS possuíam certificação. Embora tenha havido um crescimento expressivo no número de estabelecimentos certificados, observou-se um decréscimo geral na prática da agricultura orgânica.

Ao analisar o uso de agrotóxicos, houve um aumento de mais de 20% no Brasil, passando de 1.376.217 estabelecimentos em 2006 para 1.681.740 em 2017. No RS, no entanto, houve uma pequena redução no uso de agrotóxicos. Em 2019, 5% das pessoas que deram entrada no sistema de saúde no Brasil foram por intoxicação causada por agrotóxicos, enquanto no RS esse número foi de 9%. Embora os percentuais de atendimentos por intoxicação tenham diminuído tanto no Brasil quanto no RS, os números absolutos aumentaram, alcançando mais de 8 mil casos no país e 694 no RS em 2019.

### **3.5 Meta 5: Diversidade genética**

Entre 2006 e 2017, houve uma transformação significativa no uso de sementes no Brasil e no Rio Grande do Sul. No Brasil, o aumento de cinco vezes no uso de sementes transgênicas reflete uma adoção crescente das biotecnologias agrícolas, impulsionada por benefícios como maior resistência a pragas e doenças, além de ganhos de produtividade.



No Rio Grande do Sul, a preferência pelas sementes crioulas cresceu notavelmente, passando de 15% para 24%. Este aumento pode ser explicado por uma maior conscientização sobre a importância da biodiversidade agrícola e a busca por práticas mais sustentáveis. As sementes crioulas são variedades tradicionais adaptadas localmente e frequentemente associadas a sistemas de cultivo mais sustentáveis e resilientes.

Por outro lado, a redução no uso de sementes certificadas no RS, de 42% para 31%, pode indicar uma reavaliação dos custos e benefícios dessas sementes pelos agricultores. A estabilidade no uso de sementes transgênicas sugere que, apesar das vantagens oferecidas, os agricultores gaúchos mantêm um equilíbrio entre a adoção de novas tecnologias e a preservação de práticas tradicionais.

Essas mudanças refletem a complexidade das decisões agrícolas, onde fatores econômicos, ambientais e sociais influenciam a escolha das sementes. A tendência crescente do uso de sementes transgênicas no Brasil como um todo destaca a influência das inovações biotecnológicas, enquanto no RS o aumento das sementes crioulas demonstra um movimento em direção à sustentabilidade e à preservação da biodiversidade agrícola.

#### **4. FUTURO RS: AGENDA DE DESENVOLVIMENTO**

O Futuro RS é um projeto lançado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul com o objetivo de criar uma agenda de desenvolvimento para 2040, enfrentando desafios cotidianos e construindo soluções para temas estratégicos que impulsionam o desenvolvimento estadual. Reconhecendo que, apesar dos diagnósticos e diretrizes estabelecidas nas últimas décadas, os problemas persistem, o projeto busca propor novas soluções e aprimorar as propostas existentes.

Envolvendo nove seminários temáticos baseados em mais de 20 anos de estudos, o Futuro RS reúne especialistas, instituições e entidades para debater e elaborar propostas em áreas como envelhecimento populacional, produtividade agropecuária, infraestrutura, indústria de transformação, desenvolvimento regional, sustentabilidade urbana, segurança pública e finanças estaduais. Os resultados são consolidados nos Cadernos para o Futuro RS, contendo propostas que, após debate com a sociedade e instâncias governamentais, serão implementadas para superar a crise atual e garantir um futuro próspero e seguro para as próximas décadas.





O programa Futuro RS se relaciona diretamente com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável – ao abordar e buscar soluções para aumentar a produtividade agropecuária, uma das áreas temáticas centrais do projeto. O Futuro RS promove debates sobre alternativas para a agricultura e a pecuária, visando incrementar a eficiência e sustentabilidade desses setores no Rio Grande do Sul.

A terceira oficina do Projeto Futuro RS focou no tema "Alternativas para Ampliação da Produtividade e da Qualidade da Produção Agropecuária do Rio Grande do Sul – leite e grãos", alinhando suas propostas principalmente com o Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). As iniciativas propostas incluem ampliar os investimentos em sanidade animal para erradicar a brucelose e tuberculose, estimular a remuneração por qualidade do produto, criar uma política estadual para a cadeia produtiva do leite, implementar tecnologias agrícolas avançadas e promover capacitação para manejo de informações e gestão da propriedade.

O projeto identifica e propõe soluções para superar obstáculos na produção agrícola e pecuária, alinhando-se com a meta do ODS 2 de dobrar a produtividade agrícola e os rendimentos dos pequenos produtores até 2030. Promovendo discussões sobre práticas agrícolas sustentáveis e a utilização de novas tecnologias, o Futuro RS contribui para o desenvolvimento de métodos agrícolas mais eficientes e menos prejudiciais ao meio ambiente, essencial para alcançar a meta do ODS 2 de assegurar sistemas sustentáveis de produção de alimentos.

Melhorar a produtividade e a sustentabilidade agrícola ajuda a garantir uma oferta estável e segura de alimentos, abordando diretamente a questão da fome e a segurança alimentar no estado, que são objetivos centrais do ODS 2. Além disso, ao promover a capacitação dos agricultores e o uso de tecnologias, o Futuro RS visa aumentar a renda e a resiliência dos pequenos produtores, que é uma das metas do ODS 2.

Através de seminários e da publicação dos Cadernos para o Futuro, o projeto facilita a criação de políticas públicas informadas e eficazes que podem ser implementadas para promover a agricultura sustentável e erradicar a fome no estado. Dessa forma, o Futuro RS não só complementa os esforços do ODS 2 ao nível estadual, mas também cria um modelo de desenvolvimento agrícola que pode ser replicado em outras regiões, contribuindo para a agenda global de sustentabilidade e segurança alimentar.



Os documentos do Futuro RS apresentam uma visão abrangente do planejamento estratégico para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul até 2040. Dentro deste contexto o projeto Futuro RS reconhece a agricultura como uma área crucial para o desenvolvimento do estado, especialmente no que se refere ao aumento da produtividade agropecuária e à superação de gargalos de infraestrutura. Um dos objetivos centrais é promover a adoção de boas práticas agrícolas e tecnologias inovadoras que possam aumentar a produtividade e a sustentabilidade das lavouras. Isso inclui a rotação de culturas e o plantio direto, que são práticas mencionadas no documento como essenciais para a melhoria da produção agrícola.

O Futuro RS enfatiza a importância da educação e capacitação dos agricultores como meio para aumentar a produtividade e eficiência no campo. A baixa escolaridade média dos agricultores é identificada como um problema significativo, com impactos diretos na aceitação de modelos ultrapassados de agricultura e na resistência à adoção de novas tecnologias. A promoção da formação contínua e da transferência de conhecimento é vista como fundamental para transformar o perfil do agricultor e garantir a sustentabilidade da agricultura no estado. O documento também destaca a necessidade de apoio técnico e infraestrutura adequada para impulsionar a produção agrícola. Isso inclui a melhoria das estradas, energia e comunicação, bem como a implementação de programas de controle sanitário rigorosos para garantir a qualidade e segurança dos produtos agropecuários. Essas medidas estão alinhadas com os objetivos do ODS 2, que busca garantir sistemas de produção alimentar sustentáveis e implementar práticas agrícolas resilientes que aumentem a produtividade e a produção.

O Futuro RS promove a sustentabilidade através da adoção de boas práticas agrícolas e do uso eficiente dos recursos naturais. A agricultura convencional, com suas práticas ultrapassadas que causam erosão do solo, é criticada no documento, ressaltando a necessidade de uma transição para práticas mais sustentáveis e modernas. A implementação de tecnologias agrícolas avançadas e a pesquisa são vistas como fundamentais para garantir a sustentabilidade da produção agrícola no estado.

O projeto Futuro RS tem uma forte relação com o ODS 2, pois busca enfrentar desafios fundamentais da agricultura no Rio Grande do Sul através de educação, capacitação, inovação tecnológica e melhorias na infraestrutura. Ao promover práticas agrícolas sustentáveis e aumentar a produtividade de maneira eficiente, o Futuro RS contribui



diretamente para os objetivos globais de acabar com a fome e promover a segurança alimentar.

Os esforços do Rio Grande do Sul no ODS 2 estão intimamente ligados a outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A promoção da segurança alimentar e da agricultura sustentável tem impactos diretos na saúde (ODS 3), ao assegurar uma alimentação nutritiva, e na educação (ODS 4), ao melhorar a capacidade de aprendizado das crianças bem nutridas. Além disso, práticas agrícolas sustentáveis contribuem para a conservação da água e do solo (ODS 6) e para a mitigação das mudanças climáticas (ODS 13).

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Estado do Rio Grande do Sul tem demonstrado um compromisso significativo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente com o ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável. As políticas e iniciativas analisadas mostram avanços importantes, embora desafios persistam. A continuidade desses esforços é crucial para alcançar as metas estabelecidas até 2030. O envolvimento de todos os setores da sociedade, incluindo governo, setor privado e sociedade civil, é essencial para garantir o sucesso dessas iniciativas. Além disso, a troca de experiências e boas práticas com outras regiões pode contribuir para o aprimoramento das estratégias adotadas pelo estado.

Através da implementação de políticas públicas eficazes e da promoção de práticas agrícolas sustentáveis, o Rio Grande do Sul pode servir como um modelo para outras regiões no Brasil e no mundo. A integração dos esforços locais com a agenda global dos ODS reforça a importância de um desenvolvimento equilibrado e sustentável, garantindo um futuro mais próspero e justo para todos os habitantes do estado.



## REFERÊNCIAS

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL - RS. **Futuro RS: agenda de desenvolvimento: a agenda de desenvolvimento do Futuro RS em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): cadernos para o futuro 10**. N.10. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2018. 117 p.. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201811/29182648-futuro-rs-10.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Características Gerais**. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/caracteristicas-gerais>. Acesso em: 16 jul. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs)**. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes>. Acesso em: 16 jul. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods2.html>. Acesso em: 16 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama do Rio Grande do Sul**. Cidades, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama>. Acesso em: 17 jul. 2024.

MENEZES, DAIANE BOELHOUWER; AUGUSTIN, ANDRÉ COUTINHO; SILVA, HENRIQUE SOUZA DA. **Segurança alimentar e sustentabilidade: ODS 2 no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2021. 20 p.. Disponível em: <https://admin.planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202110/14175311-cader-no-ods-2-seguranca-alimentar-e-sustentabilidade-ods-2-no-rio-grande-do-sul-1.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2024.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2: Fome zero e agricultura sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/2>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO DO RIO GRANDE DO SUL. **Cadernos ODS**. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/cadernos-ods>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO. Rio Grande do Sul. **Características Gerais**. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/caracteristicas-gerais>. Acesso em: 17 jul. 2024.